

**14ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Combate à Discriminação de LGBT**

**Ata da ordem do dia 03 de Abril de 2013**

**Brasília - DF**

## SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

### Ata da 14ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT

Data: 03/04/2013

1 Aos três dias do mês de abril de dois mil e treze teve início a 14ª Reunião Ordinária do Conselho  
2 Nacional de Combate à Discriminação de LGBT, sob a Coordenação do Sr. Gustavo Bernardes –  
3 Presidente do Conselho. Estiveram presentes os seguintes participantes: Ana Carolina – Fórum de  
4 Gestores/Governo do Distrito Federal; Roberta – Gestora da Paraíba; Sérgio Riani – Gestor  
5 LGBT/BH; Dirlle – Diretora de Direitos Humanos de Santa Catarina; Leonardo Bastos – Presidente  
6 do FONGES; Roberto de Jesus - Representante do Seminário da Sociedade Civil Latino Americana;  
7 Lucas Paoli - Representante do Seminário da Sociedade Civil Latino Americana; Keila Simpson –  
8 Associação Nacional de Travestis e Transexuais; Zezinho Prado – CNTE; Toni Reis – Ex-  
9 Conselheiro da LGBT; Carlos Alves - CMP; Léo Mendes - Representante da Arte Gay; Kátia Souto  
10 - Ministério da Saúde; Eduardo; Janaína Oliveira – Vice-Presidenta; Fábio Meireles – Ministério da  
11 Educação; Jean Wyllys – Deputado; Fernando Seffner – ABER; Meire Lúcia – Conselho Federal de  
12 Serviço Social; Yone Lindgren (ABL); Cris - ANTRA; Rafael; Lorena; Giovana Baby – ANTRA;  
13 Ênia; Dida; Celso – Conselho Federal de Psicologia; Murmila; Samanta – Secretária Executiva.  
14 **ABERTURA:** O Sr. Gustavo Bernardes (Presidente do Conselho) inicia a reunião agradecendo a  
15 confiança depositada pelos Conselheiros para presidir o Conselho e a Sra. Janaina Oliveira  
16 cumprimenta a todos e também agradece os companheiros da sociedade civil por ter lhe dado à  
17 tarefa de ser Vice-Presidenta do Conselho. O Presidente questiona aos Conselheiros se possuem  
18 alguma manifestação com relação à pauta, e não havendo, segue para os informes dos Conselheiros.  
19 A Sra. Kátia Souto (Ministério da Saúde) cumprimenta os Conselheiros e informa que aprovaram a  
20 Portaria que amplia o processo transexualizador nos serviços de saúde do Sistema Único da Saúde,  
21 no dia 21 de março na CIT e que agora possuem uma tarefa para cumprir de elaborar uma Nota  
22 Técnica que o CONAS e CONASEMS solicitaram. Informa também estão organizando a reunião  
23 para o dia 15 com especialista das áreas de: Endocrinologia, Psiquiatria, Psicologia, Serviço Social,  
24 Ginecologista, Clínico, Urologista, e Cirurgião para que possa ter essa Nota Técnica e construir os  
25 protocolos. Agradece em especial a todos que participaram do processo na pessoa da Sra. Keila  
26 Simpson e discorre que estão apenas aguardando a Portaria para iniciar a formação profissional.  
27 Comunica que avançaram no cartão SUS, em que terá apenas o nome social e que possui reunião

28 com o Diretor do Hospital as 10h da manhã para definir o serviço e todo o protocolo para dar início  
29 à capacitação profissional que será iniciada no Nordeste, em seguida nos Estados da Bahia, Paraíba,  
30 Pernambuco e Piauí, na Região Sul no Paraná, Região Centro Oeste no Distrito Federal, na Região  
31 Sudeste no Rio de Janeiro e na Região Norte no Amazonas e no Pará. A Sra. Kátia Souto elucida  
32 que o Ministério da Saúde inovou com um túnel com políticas como da Política da Saúde da  
33 População Negra e da Política de Saúde da População Indígena e notifica que do dia 20 de junho a  
34 26 de julho será sobre a Política de Saúde LGBT e solicita a todos para fazer um levantamento da  
35 sua história para construir com o túnel. O Sr. Zezinho Prado (CNTE) parabeniza pela assunção do  
36 cargos da Sra. Janaína Oliveira e do Sr. Gustavo Bernardes e comunica que terão em 2014 a  
37 Conferência Nacional de Educação que terá sete eixos, em que um dos eixos é a diversidade e que  
38 as etapas municipais ou intermunicipais nos Estados deverão acontecer no mês de junho. Solicita  
39 que todos os Conselheiros participem das etapas para conseguirem chegar à etapa Nacional e  
40 lembra para tomar cuidado para não colocar nenhuma atividade perto da Conferência para que todos  
41 possam participar. O Presidente, Sr. Gustavo Bernardes arrazoia que solicitará a Secretária  
42 Executiva encaminhar para todos os Conselheiros o calendário das Conferências Estaduais para  
43 participarem. O Sr. Carlos Alves (CMP/Brasil) cumprimenta a todos e saúda a escolha da nova  
44 gestão do Conselho. Informa que terão a Conferência das Cidades e que já iniciaram as etapas  
45 municipais e estaduais. Solicita a Presidência do Conselho que enviasse as agendas das  
46 Conferências para que o movimento possa participar e interagir, pois o tema é “Reforma Urbana  
47 para Todos”. Pondera que no Rio de Janeiro no Conselho Estadual fizeram uma denúncia em  
48 relação ao que tem acontecido por conta dos jogos e dos grandes eventos, do impacto que estão  
49 sofrendo a população LGBT, principalmente os travestis e sugere ao Conselho que criasse uma  
50 Comissão para tratar esse assunto. Alerta que o processo das Conferências das Cidades é um  
51 momento muito importante de discutir a questão da habitação, da questão da geração de emprego e  
52 renda, e da cidadania para a população LGBT. Notifica que foi fechado o *blog* “Vi o Mundo  
53 Ontem” por uma ação penal da Rede Globo e entende que é necessária uma regulamentação para a  
54 comunicação no Brasil e espera que na próxima reunião, o Conselho consiga criar uma Câmara ou  
55 uma Comissão para discutir a comunicação com a Ministra Helena Chagas. O Sr. Gustavo  
56 Bernardes sugere que as propostas de encaminhamento sejam encaminhadas através da Câmara  
57 Técnica de Violência que o Sr. Carlos Alves participa. A Sra. Keila Simpson (ANTRA) parabeniza  
58 a gestão que está assumindo agora o Conselho e pondera sobre a importância de ter conquistado a

59 questão do nome social e da política que o DAGEP está fazendo dentro do Ministério da Saúde para  
60 acelerar a questão do processo transexualizador. Informa que do dia 02 a 05 de maio terá o  
61 Encontro em Recife e solicita o apoio do Conselho nessa atividade. O Sr. Carlos Alves comunica  
62 que vão realizar a Reunião Setorial Nacional no final de fevereiro em São Paulo, terão o Congresso  
63 da CMP no final do ano e a jornada de luta do Congresso com a temática da defesa da população  
64 LGBT. O Sr. Eduardo notifica que foi aprovada a Comissão de Assuntos Sociais e o Estatuto da  
65 Juventude no Senado, com o pedido do requerimento de que seja prioritário e que vá direto para o  
66 Plenário na próxima semana e esclarece que o Estatuto da Juventude é um dos projetos de Lei que  
67 está caminhando no Congresso, mais avançado no termo do Processo Legislativo que tem a  
68 inclusão da questão de orientação sexual, o combate à discriminação por orientação sexual e da  
69 entidade de gênero. A Sra. Janaína Oliveira registra que algumas organizações da sociedade civil  
70 lhe procuraram para fazer o diálogo, no sentido de que pudessem estar um dia antes das reuniões da  
71 Câmara Técnica e do Pleno para poder ter uma reunião antecipada e articula que a Mesa Diretora  
72 acatou o pedido. Justifica que precisará se ausentar, junto com o Sr. Carlos Magno da ABGLT, pois  
73 foram convidados pelo Ministério da Justiça do Conselho para uma atividade no Ministério Público.  
74 O Sr. Léo Mendes (Arte Gay) informa que vão realizar nos dias 15 a 21 de agosto de 2013 na  
75 cidade de natal do Rio Grande do Norte, o II Encontro Nacional da Arte Gay, em que o tema é “Não  
76 Existe País Democrático Sem Estado Laico”, e que estarão convidando as pessoas que realizam  
77 Políticas Públicas para LGBT para falarem com a comunidade Gay do Brasil. Relata que pretendem  
78 também elaborarem um grupo de LGBT socialista para discutir sobre a Central Nacional LGBT, um  
79 perfil mais socialista e voltado para os interesses do estado laico, da construção de um país mais  
80 democrático e com a inclusão de todos e todas as brasileiras, em que será lançado possivelmente em  
81 Brasília no mês de maio, na semana do dia Internacional e do dia Nacional de Combate à  
82 Homofobia. O Sr. Fábio Meireles (Ministério da Educação) explana que havia apresentando na  
83 reunião passada sobre a CONAE, inclusive das etapas preparatórias e afirma que todos devem  
84 entrar no *site* no portal do MEC para se cadastrarem na rede social para receberem todas as  
85 informações das etapas. Uma Conselheira pondera que ontem fizeram uma alteração em relação às  
86 Câmaras Técnicas, sendo que o CFESS vai está na Câmara Técnica de Legislação e Normas, e o  
87 CFP vai para a Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate a Violência. O Sr.  
88 Gustavo Bernardes destaca que estão recebendo o convidado Deputado Jean Wyllys para dar o  
89 informa da atuação da Frente Parlamentar Mista pela cidadania LGBT. O Sr. Jean Wyllys

90 (Deputado) cumprimenta a todos e comenta que o trabalho de Frente está limitando a reação a  
91 tomada de Comissão de Direitos Humanos e que não basta apenas a saída do Sr. Marcos Feliciano  
92 da Presidência, mas é necessário uma recomposição da própria Frente, que atualmente possui uma  
93 grande falha em relação ao regimento da Câmara. Informa que tiveram uma reunião com o Senador  
94 Paulo Paim sobre o substitutivo encaminhado pelo governo para o PLC/122 e afirma que  
95 consideram positiva a iniciativa de enviar um substituto, mas analisaram que precisa dialogar  
96 novamente com o Governo em relação a proposta, devido os setores do Movimento Negro  
97 pressionaram a Ministra Luiza Bairros, a defender que o projeto de Lei não altere mais a Lei do  
98 racismo, que seja construída uma peça legislativa à parte, o que inviabiliza totalmente o atual  
99 relatório da Fátima Cleide. Comunica que terá no dia 16 uma nova reunião com a Ministra Luiza  
100 Bairros, a Ministra Maira do Rosário e a Ministra Eleonora Menicucci para esclarecer quais são os  
101 argumentos para defender um substitutivo que não altere a atual Lei do Racismo. Foi concluído que  
102 não pode tratar a homofobia apenas do ponto de vista penal, pois os Parlamentares estão engajados  
103 em outras lutas que reduzem o estado penal, e que limita a gestão da pobreza mediante penalização  
104 com investimento em pernas alternativas. Dados mostram que a discriminação ocorre muito mais  
105 quanto menor é o nível de instrução das pessoas devido ao débito de uma educação de qualidade,  
106 levando aos mais pobres a praticar as discriminações por identidade de gênero ou por etnia. O Sr.  
107 Jean Wyllys discorre que além de sofrer violência física, também sofrem de injúria e insulto por  
108 conta da expressão pública de afeto, portanto, precisaria investir em Políticas Públicas de Segurança  
109 que envolva Delegados, Investigadores, Ministério Público para que o Código Penal seja aplicado  
110 corretamente, e que os crimes motivados por ódio sejam assim qualificados. Ressalta que é  
111 necessária uma Lei que enfrente a homofobia no país que é feita através dos meios de comunicação  
112 em massa. Informa que aprovaram o requerimento do Seminário LGBT, em que o tema será  
113 “Liberdade de Crença em Relação às Outras Liberdades Individuais” que será realizado no dia 14  
114 maio e serão convidados as autoridades de todas as religiões, os acadêmicos que estudam o  
115 processo de amadurecimento da democracia e as lideranças do movimento LGBT. Comunica que  
116 entrou junto com Sr. Domingos e a Sra. Érica com uma representação junto a Procuradoria Geral da  
117 República contra a Sr. Malafaia e Sr. Marcos Feliciano, e que a Frente pelos Direitos Humanos vão  
118 se reunir hoje as 15h para traçar um agenda positiva de Oitivas, Audiências, Diligências de encontro  
119 com os diferentes Movimentos Sociais de identificação das proposições e políticas que precisam de  
120 fiscalização. O Presidente esclarece que com relação a questão do projeto do PLC, propuseram para

121 o Conselho criar um novo substituto, pois não teriam a legitimidade para propor sem conversar com  
122 o Movimento Social e com o Conselho. Notifica que o Conselho vai definir um cronograma para  
123 discutir e compreende que seria importante a participação da Frente na construção do texto. O Sr.  
124 Jean Wyllys agradece pelas explicações e o Sr. Fernando Seffner (ABER) articula que todos vivem  
125 no país uma espécie de pânico moral que aponta o encarceramento e a criminalização como saída  
126 para todas as coisas e acrescenta que mais de 85% das crianças e adolescente estudam em escolas  
127 públicas do Brasil e os grandes sistemas: Previdência, Saúde e Educação são muito sucateados, por  
128 isso entende que poderia começar a investir na ligação entre a educação de qualidade com a  
129 educação pública. Compreende que deve fazer as pessoas entenderem que as três grandes liberdades  
130 laicas de consciência, de crença e de manifestação, em primeiro lugar foram construídas para  
131 defender minorias religiosas, mas que também é uma luta delas. O Sr. Jean Wyllys ilustra que a  
132 Frente LGBT junto com a Frente pelos Direitos Humanos estão atentos aos projetos de leis que  
133 tramitam na Educação e que também possui um papel fiscalizador das Políticas Públicas do  
134 Governo Federal através do Ministério da Educação e dos demais entes federados que cuidam da  
135 educação básica. Destaca que devem entrar na discussão orçamentária, sobre os *royalties* do  
136 petróleo, sobretudo da camada de petróleo do Pré-Sal. O Sr. Léo Mendes relata que o Movimento  
137 Social recebeu da sua base o pedido para que se criminalizasse a homofobia no Brasil, mas há um  
138 problema porque a homofobia em si é a motivação do crime. Compreende que a proposta do  
139 Governo vinda pela Ministra Maria do Rosário avança no sentido de demonstrar que estão  
140 criminalizando a homofobia, mas da forma que é possível criminalizar nos aspectos do Brasil e que  
141 é preciso que eduquem as pessoas para não cometerem a discriminação, a intolerância e o ódio.  
142 Com relação a como está a articulação da Frente, pondera que talvez como Conselho pudessem ir  
143 até o Supremo Tribunal para socilitar que se coloque em votação imediatamente, se por analogia a  
144 homofobia é igual ao crime de racismo no Brasil e acredita que na SDHI é preciso fazer o  
145 acolhimento de religiosos que estão sendo afetados com fala do pasto que é homofóbico e racista.  
146 Propõe que o Conselho e também a Frente faça uma Moção ao Senado do Uruguai que aprovou o  
147 casamento gay no país. O Sr. Jean Wyllys elucida que não fizeram a Moção porque não tiveram  
148 Comissões na reunião, mas se pronunciou no Plenário da Câmara parabenizando o Uruguai.  
149 Explana que estão atentos ao movimento do STF a partir do processo em torno do Deputado Marcos  
150 Feliciano e que a Frente acredita que as iniciativas devem ser legislativas a partir do Congresso  
151 Nacional, fruto de uma discussão democrática. Profere que existe um desafio de criar uma

152 capilaridade e de trazer as existências dispersas de LGTBs que estão alheios a política, e que  
153 concorda que devem entrar na discussão e educar as pessoas para trazê-las para discussão, levando  
154 em conta que as discriminações não podem ser tratadas de maneiras diferentes. Com relação a  
155 injúria, explica que no Código Penal não há nada que aborda sobre a injúria coletiva que é praticada  
156 pelos programas evangélicos e que esses espaços não podem ser usados para injuriar coletivamente,  
157 para difamar a comunidade LGBT. O Presidente saúda e registra a presença da Sra. Roberta que é  
158 gestora da Paraíba. A Sra. Kátia Souto intui que as ponderações que o Sr. Fernando Seffner trouxe  
159 são muito importantes para que possam pensar quais são as alternativas e que a questão educativa é  
160 sempre bem-vinda em qualquer processo, inclusive de punição. Comenta que participou dos outros  
161 dois Seminários e entende que precisam ser criativos para abordar determinadas temáticas e que o  
162 grande desafio da democracia brasileira é a democratização dos meios de comunicação. Percebe que  
163 o Seminário deve ter duas grandes mesas abordando a questão do Estado Laico e a democratização  
164 da comunicação com todas as interfaces necessárias que precisam ser debatidas. O Sr. Jean Wyllys  
165 discorre que o Seminário que aconteceu no Senado tinha temas mais amplos e que o tema da  
166 democratização da comunicação é um tema do qual a Frente está engajada e a pluralidade do  
167 Seminário vem sendo garantida desde o último. A Sra. Kátia Souto sugere utilizar os espaços de  
168 exposição no mês de maio para divulgar os avanços com relação à pauta do Seminário. O Sr. Jean  
169 Wyllys relata que a pretendiam ocupar as exposições com religiosos, mas se houverem outra  
170 sugestão deve ser enviada rapidamente e lembra que no ano passado houve uma divisão que será  
171 corrigida nesse ano, em que a ABGLT construiu no mesmo dia do Seminário LGBT uma Audiência  
172 Pública no Senado, não dialogando com os outros atores. A Sra. Kátia Souto sugere que retire dois  
173 representantes, um da sociedade civil e um do governo, para se somar a Frente e apoiar na  
174 organização. O Sr. Fábio Meireles (Ministério da Educação) indaga como a Frente Parlamentar tem  
175 se mobilizado para reagir às exposições do Deputado Jair Bolsonaro e a Sra. Meire Lúcia (Conselho  
176 Federal de Serviço Social) reforça que é muito importante o que o Conselho possa fazer uma  
177 articulação mesmo orgânica junto com a Frente Parlamentar e que existe um incômodo no Conselho  
178 Federal que vem levando a luta em relação a todas as questões LGBT, da concepção de minorias,  
179 por ser um conceito historicamente que termina por subnotificar, subordinar e subalternizar a  
180 população LGTB. O Sr. Carlos Alves saúda o Deputado em nome da CMP, porque sofreram uma  
181 agressão dentro da Câmara dos Deputados mostrando que o fundamentalismo avança e o Deputado  
182 evitou a prisão sua e de alguns companheiros. Explana que estão futuramente constituindo uma

183 nova Rede Nacional, uma Central Nacional LGBT agregando membros de todo o Brasil no ponto  
184 de vista ideológico e se solidariza com todas as lideranças que estão sendo atacadas como o  
185 Deputado nas redes sociais. Ressalta que gostaria que o Seminário abordasse a questão da  
186 comunicação e convidasse a Frente Nacional que está levantando um milhão de assinatura para  
187 regulariza a mídia. O Sr. Jean Wyllys reafirma que o tema sobre comunicação estará presente no  
188 Seminário e lembra que apesar de todos concordarem que é preciso haver um novo marco  
189 regulatório dos meios de comunicação no Brasil, sobretudo, com a emergência das novas  
190 tecnologias da comunicação e da informação, devem tomar cuidados com as explanações para não  
191 tratar os meios de comunicação como um bloco monolítico. Com relação à exposição da Sra. Meire  
192 Lúcia, arrazoa que o desafio é construir no mundo comum articulações sem apagar o ponto da  
193 diferença. Com relação ao questionamento do Sr. Fábio Meireles, explica que o seu partido entrou  
194 com uma representação contra o Deputado na Corregedoria e no Conselho de Ética. O Presidente  
195 agradece a participação do Deputado e reitera o convite para a participação no Seminário da Frente  
196 no dia 03 de abril as 9h30, o Seminário Brasil e União Europeia sobre os direitos da população  
197 LGBT e combate a violência homofóbica. O Sr. Gustavo Bernardes segue para o próximo ponto de  
198 pauta sobre a análise de conjuntura e lembra que enviaram um convite para o Senador Paulo Paim  
199 estive presente nessa reunião, mas por outra agenda não pôde comparecer. A Sra. Kátia Souto  
200 compreende que as explanações do Deputado traz alguns elementos da análise do espaço do  
201 Congresso Nacional e que se for pensar em uma análise de conjuntura precisam analisar o conjunto  
202 da sociedade e das suas expressões. Entende que tiveram uma Segunda Conferência Nacional  
203 LGBT que colocou alguns desafios para o conjunto, e como um todo, sente que os Movimentos  
204 Sociais ainda não conseguiram resgatar a radicalidade dos Movimentos Estudantil das Ruas.  
205 Pondera que aprovaram em 2012 além da Política LGBT, da Política da Saúde do Campo e da  
206 Floresta, a Política de Práticas Integrativa de educação popular, que traduz nos serviços de saúde, o  
207 dia a dia das comunidades. Destaca que o Conselho deve identificar quais são os desafios postos e  
208 que podem fazer a diferença na vida real da população LGBT. O Sr. Carlos Alves intui que é  
209 fundamental para a democracia e para a participação do Conselho não haver um privilégio de uma  
210 entidade ou outra, porque todos estão na luta, em que é preciso defender o Estado de direito e as  
211 Políticas Públicas como ampliar as cirurgias de rins, como também dar a cidadania para todas as  
212 transexuais que queiram participar da transexualização através do SUS. Enfatiza que a mídia nesse  
213 momento está apoiando o Conselho com relação ao Sr. Marcos Feliciano, mas na questão geral não

214 é aliada no avanço dos Direitos Humanos e da cidadania para a população LGBT. Sugere a  
215 formação de um Comitê de comunicação do Conselho para que junto com o Movimento LGBT  
216 possa avançar em uma comunicação livre. A Sra. Yone Lindgren (ABL) discorre que na última  
217 reunião que tiveram no Conselho LGBT do Rio de Janeiro, quase todas as pessoas que trabalham no  
218 Hospital Pedro Ernesto no ambulatório que faz o atendimento a pessoas transexuais, relataram que  
219 o atendimento está precário. A Sra. Cris cumprimenta a todos e informa que a ANTRA está  
220 tentando absorver todas as denúncias que chegam e enviado para os órgãos competentes do Estado.  
221 Solicita que o Conselho repense na modalidade de acompanhamento dos casos de assassinatos e  
222 violências de travestis e articula que lhe preocupa a questão da higienização com relação às cidades  
223 sedes da Copa, relacionada à questão da prostituição das travestis e transexuais. O Sr. Rafael  
224 cumprimenta a todos e entende que o grande desafio é na Política de Segurança Pública, a  
225 SENASP, por ter poucos avanços no enfrentamento a violência contra a população LGBT e que  
226 importante aproveitar o espaço do Conselho para discutir Políticas de Segurança Pública para a  
227 população LGBT. No caso do enfrentamento a violência contra a mulher, comenta que a situação  
228 está longe de ser resolvida, pois o número de assassinatos está crescendo mesmo com a implantação  
229 de uma série de políticas. O Sr. Léo Mendes parabeniza a mesa Diretora anterior por incluir na  
230 pauta a discussão sobre conjuntura e desafios para LGBT em 2013 e arrazoa que na perspectiva dos  
231 Direitos Humanos, estão com dois mundos, o primeiro com os Estados Unidos e Uruguai aprovando  
232 o casamento gay e o segundo com a eleição do Papa Francisco que ainda não relatou nada sobre  
233 relações homossexuais. No contexto Nacional nos Direitos Humanos, afirma que se retirar o Sr.  
234 Feliciano será um ganho para o movimento da sociedade brasileira em torno da democracia dos  
235 Direitos Humanos e que devem parabenizar o Ministério Padilha pelos avanços da Política da saúde  
236 Integral, pelo avanço das políticas das trans, mas também cobrar para que avance em outras  
237 políticas. Informa que fizeram um termo de cooperação técnico com os governadores e precisam  
238 cobrar das Secretarias de Segurança Pública a criação da Delegacia de Intolerância e de ódio, onde  
239 está prevista a formação de Policiais Civis, Policiais Militares e Corpo de Bombeiro. Compreende  
240 que é preciso fazer um planejamento, avançar nas Políticas LGBTs Nacionais e construir a III  
241 Conferência LGBT. O Conselheiro Fábio Meireles discorre que na reunião passada apresentou a  
242 Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Professores e sugere organizar no  
243 planejamento a apresentação novamente dessa política e elaborar uma Moção ou Nota Técnica com  
244 orientações para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo com relação à promoção e

245 defesa e garantia dos direitos da população LGBT, com base na Agenda de Convergência de  
246 Proteção Integral dos Direitos da Criança e dos Adolescentes durante a Copa das Confederações e  
247 da Copa do Mundo do CONANDA. A Sra. Meire Lúcia destaca que houve um avanço no estado  
248 penal e ao mesmo tempo de criminalização dos Movimentos Sociais e considera um desafio  
249 importante a articulação da Política LGBT com as demais políticas. Questiona qual será a postura  
250 do Conselho diante o processo de higienização nas ruas em relação o Plano Crack, qual é a  
251 efetivamente a eficácia do Disque 100 e em que medida está atendendo e dando conta das  
252 necessidades, particularmente, da população LGBT. O Presidente compreende que podem trazer o  
253 Disque 100 para apresentar um pouco sobre o fluxo e elucida que o Plano Crack está em discussão  
254 na Câmara Técnica de Violência, e sugere que a questão seja colocada para o Presidente da  
255 Câmara Técnica. Informa que pela repercussão da reunião de ontem, foram procurados pela  
256 comunicação da Secretaria, pois o G1 gostaria de fazer algumas imagens da reunião. Em razão da  
257 reunião de ontem, sugere que fosse responsável junto a Vice-Presidenta para fazer a fala do  
258 Conselho e que pudesse permitir que fizessem imagens na parte da tarde da reunião. Uma  
259 Conselheira articula que deve ficar nítido para a imprensa que não tiraram nenhuma posição frente  
260 ao documento, pois foi apenas apresentado. A Sra. Kátia Souto entende que o Presidente e a Vice-  
261 Presidenta devem pontuar aspectos do ponto de vista do Conselho e esclarece que em relação ao  
262 processo, a ampliação da Portaria do processo sexualizador permite também ampliar o atendimento  
263 com mais qualidade e a interdisciplinaridade. Informa que terão uma reunião de 08 de abril no Rio  
264 de Janeiro para começar a discutir, no dia 16 no Ceará, no dia 17 Minas Gerais, no dia 22 no Pará,  
265 no dia 23 no Amapá e no dia 26 na Paraíba. Ilustra que todos precisam pensar sobre qual é o plano  
266 do Conselho para adequar a realidade. O Presidente sugere no dia 08 reunirem em paralelo para  
267 fazer uma conversa mais próxima. O Sr. Carlos Alves relata que a Sra. Márcia Marçal da SMP no  
268 Rio de Janeiro trouxe junto ao Conselho uma denúncia contra o Hospital Pedro Ernesto e intui que  
269 o Governo Brasileiro tem que tomar atitude com relação o direito da população de travestis e  
270 transexuais de atendimento no SUS. Entende que é fundamental que na data que o ex-Presidente  
271 Lula sancionou como o Dia Nacional de Combate a Homofobia, o Conselho possa se reunir com a  
272 Presidenta Dilma para dialogar diretamente sobre a Política Pública para a população LGBT. O  
273 Presidente do Conselho lembra que a Ministra está pessoalmente engajada para agendar um  
274 encontro do Conselho com a Presidenta. Com relação ao Plano do Crack, Sr. Carlos Alves propõe  
275 uma Moção, já que vão apresentar uma Moção com relação ao projeto do Deputado João Campos e

276 para reafirmar o repúdio do Conselho aos Infelicianos. O Sr. Gustavo Bernardes solicita que as  
277 questões de encaminhamentos fossem priorizadas através das Câmaras Técnicas e o Sr. Rafael  
278 discorre que é importante entender que o Brasil Mais Seguro não é um substituto do PRONASCI,  
279 apenas as ações que não tiveram execução foram incorporadas como Políticas de Estado. O Plano  
280 Brasil Mais Seguro não traz recurso para ações específicas por uma única razão, o Plano Brasil  
281 Mais Seguro é bastante focado na qualificação das instituições de segurança, com foco especial na  
282 qualificação dos profissionais na Perícia Criminal. Articula que em Alagoas havia uma situação de  
283 apenas 3% dos crimes chegavam a ser investigados e que estão junto com a SNJ e a SEPPIR no  
284 Plano Juventude Viva que também tem ações nesse grande plano para enfrentar essa situação. O Sr.  
285 Eduardo esclarece que o Estatuto da Juventude foi aprovado o requerimento de urgência e será  
286 votada a tarde pelo Plenário do Senado e pondera que com relação da reportagem do G1, entende  
287 que todos estão de acordo, mas é importante destacar que a visão do Conselho vai valorizar o ponto  
288 de vista da sociedade civil, embora tenha a composição do governo. Com relação à discussão sobre  
289 a conjuntura e os desafios para a pauta de 2013, sugere realizar uma reunião específica para o  
290 planejamento e potencializar as Câmaras Técnicas. O Presidente afirma que está de acordo e  
291 consulta os demais Conselheiros se há um acordo com relação a chamar a Mesa Diretora e os  
292 Presidentes das Câmaras Técnicas para construir uma proposta de planejamento para ser  
293 referendada no Pleno. Os Conselheiros aprovam a sugestão e uma participante complementa que a  
294 SDH está com um acordo de cooperação com a ENAP, em que o CONANDA fez o seu  
295 planejamento com um Gestor Público especialista em planejamento e monitoramento e avaliação.  
296 Sugere aproveita o acordo e trazer um especialista em planejamento para facilitar o trabalho. O  
297 Presidente arrazoa que encaminhará o que foi proposto pelo Conselheiro Eduardo e informa que a  
298 Assessoria de comunicação da Secretaria comunicou que não é o G1, e sim a Rede Globo que fará  
299 as imagens, mas não comunicou sobre o que abordará a reportagem. Após o almoço, o Presidente  
300 reinicia a reunião informando que os Conselhos que receberam a diária que devem se dirigir ao  
301 Naoum Express. Segue para o próximo item de pauta sobre as deliberações das Presidências das  
302 Câmaras Técnicas. Relata que a Sra. Yone permanece como Presidenta da Câmara de Combate a  
303 Violência contra a população LGBT, a Sra. Giovana Baby da ANTRA como Vice-Presidenta e o  
304 relator o Sr. Celso do CFP. Segue para o próximo ponto de pauta sobre as deliberações das  
305 Presidências das Câmaras Técnicas. O Sr. Lucas Paoli (Representante do Seminário da Sociedade  
306 Civil Latino Americana) cumprimenta a todos e relata que no ano passado o Brasil juntamente com

307 a África do Sul e com a Noruega firmaram o compromisso diante da ONU de propor uma nova  
308 Resolução na ONU que condenasse discriminação homofóbica. A ONG *Arc International* em  
309 Genebra, juntamente com uma a ONG de Nova York, a *International Lesbian and Gay Remowrite*  
310 *Commission*, se juntaram e resolveram participar do processo em nome da sociedade civil, nascendo  
311 assim a Conferência. Quando resolveram realizar o encontro Latino Americano em Brasília, a  
312 primeira preocupação foi tentar incluir o maior número de ativistas e representantes da sociedade  
313 civil da região e a segunda foi quando o governo decidiu que faria o Seminário nos dias 04 e 05,  
314 com reuniões do Conselho nos dias anteriores. Informa que cerca de 30 ativistas e Advogados e  
315 especialistas em direitos LGBT estão preparando todas as propostas e Resoluções para compor uma  
316 possível declaração que será apresentada no Seminário do Governo no dia 05, e posteriormente na  
317 ONU. O Sr. Roberto de Jesus (Representante do Seminário da Sociedade Civil Latino Americana)  
318 cumprimenta a todos e discorre que a ABGLT foi convidada para compor as organizações junto  
319 com a ALMSTRANS do Chile e a CLARIFLAG do Caribe e também foram convidados  
320 representantes da ANTRA, da Plataforma Desca e entre outras. Articula que esse trabalho está  
321 sendo desenvolvido há 10 anos, desde 2003, em que o Brasil apresentou a primeira Resolução no  
322 Conselho de Direitos Humanos, e que também em 2003 os países islâmicos entraram com uma não  
323 ação, que foi vencida. Houve uma pressão econômica dos países árabes contra o Brasil dizendo que  
324 romperiam os contratos caso o Brasil mantivesse a Resolução na ONU, que resultou na retirada da  
325 Resolução. Ressalta que esse Conselho possui um grande papel e que todos precisam garantir e  
326 manter que o Brasil continue dando apoio e suporte a essa Resolução ou ao documento que será  
327 lançando em 2013. O Presidente agradece pela apresentação e abre a palavra para os Conselheiros.  
328 A Sra. Keila Simpson parabeniza a iniciativa e relata que a ANTRA se sentiu muito bem acolhida.  
329 Destaca que para todos é muito interessante a troca que pode ser feita com outros países da América  
330 Latina e que o Seminário pode trazer articulações para idealização da proposição de um Seminário  
331 Internacional de trans, talvez em 2014, O Presidente reforça o convite para que estejam no  
332 Seminário Brasil União Europeia, e depois no Seminário Regional Latino Americano e Caribenho a  
333 respeito das estratégias na ONU. Uma Conselheira convida todos para engajar na campanha do  
334 Conselho Federal de Serviço Social contra toda violação de direitos e a contra a violência, que será  
335 realizada 25 de abril às 09h na UNB no Auditório Dois Candangos. Comunica que o Conselho  
336 Federal de Serviço Social tem duas Resoluções relacionadas, uma é a orientação sexual que é a 489  
337 e a 615 que diz respeito ao uso do nome social pelas Assistentes Sociais Travestis e transexuais na

338 sua identidade profissional. A Sra. Janaína Oliveira informa que acompanhou a cerimônia de posse  
339 da Comissão de Direitos Humanos, que foi criada dentro do Conselho do Ministério Público, onde a  
340 Comissão será presidida pelo Promotor Jarbas. O Sr. Carlos Alves propõe que na próxima reunião  
341 seja analisada a questão dos grandes eventos, com relação à proposta de acompanhamento do  
342 Conselho do Movimento LGBT junto ao Ministério dos Esportes. A Sra. Giovana Baby (ANTRA)  
343 sugere que o Conselho convidasse para a próxima reunião da Câmara Técnica de Monitoramento da  
344 Violência, a presença de um representante da ANAC para discutir a questão do nome social das  
345 travestis nos bilhetes de passagem aérea e lembra que os Conselheiros que não fizeram o  
346 encaminhamento do Presidente, da Vice-Presidente da Câmara e Relator, que devem indicar no  
347 término das atividades. A Sra. Meire Lúcia realiza a leitura da Moção de Repúdio em relação ao  
348 Deputado Marcos Feliciano e o Sr. Carlos Alves sugere colocar que o *“o Deputado Pastor acusado*  
349 *no STF de crime de homofobia e crime de estelionato”*. Os Conselheiros debatem sobre as  
350 alterações e decidem colocar: *“está sendo acusado no Supremo Tribunal Federal por crime de*  
351 *estelionato e prática de homofobia disseminado ódio e intolerância”*, aprovando a Moção. A Sra.  
352 Meire Lúcia faz a leitura da Moção com relação ao Deputado João Campos e o Presidente  
353 compreende que devem ter uma redação mais técnica nessa Moção, sugerindo: *“O Conselho*  
354 *Nacional de Combate a Discriminação de LGBT repudia a Emenda Constitucional proposta pelo*  
355 *Deputado João Campos, que dá poder as religiões de arguir a inconstitucionalidade de normas*  
356 *diretamente do Judiciário Brasileiro.”*. O Presidente volta para as deliberações das Câmaras  
357 Técnicas do Conselho e dá o tempo de 15 minutos para que definam os nomes. Após o intervalo de  
358 15 minutos, o Presidente reinicia a reunião fazendo a leitura da proposta final da Moção: *“O*  
359 *Conselho Nacional de Combate a Discriminação LGBT, criado pelo Decreto “XXX” repudia a*  
360 *proposta de Emenda Constitucional, PEC 99/2011, proposta pelo Deputado João Campos, PSD de*  
361 *Goiás, que acrescenta ao Artigo 103 da Constituição Federal o Inciso X, que dispõe sobre à*  
362 *capacidade postulativa às Associações Religiosas para propor Ação de Inconstitucionalidade, e*  
363 *Ação Declaratória de Constitucionalidade de Leis ou Atos Normativos perante a Constituição*  
364 *Federal, violando o Artigo 5º da Constituição Federal e negando os princípios do estado laico.”*.  
365 Que é aprovada. O Presidente Sr. Gustavo Bernardes faz a leitura da Moção que reconhece a  
366 qualidade e o empenho da atuação do Deputado Jean Wyllys, da Deputada Érika Kokay e do  
367 Deputado Domingos Dutra. A Sra. Kátia Souto informa que também foi atacado o ex-Presidente e  
368 outros membros da Comissão de Direitos Humanos também foram atacados pelo atual Presidente e

369 compreende que deveria fazer algo mais político, fazendo um resgate histórico do papel da  
370 Comissão e dos seus Presidentes. O Presidente entende que deve ser feita outra Nota para tratar o  
371 histórico da Comissão e sugere que seja feita pelo *e-mail*. Com as Moções aprovadas, o Presidente  
372 segue para o informe dos nomes do Presidente, Vice-Presidente e Relator das Câmaras Técnicas. A  
373 Câmara Técnica de Plano ficou como Presidente, Sr. Léo Mendes; Vice-Presidente, Sr. Carlos da  
374 CUT, e o Relator, o Sr. Eduardo Santarelo. Na Câmara Técnica de Legislação e Norma ficou como  
375 Presidente, Sr. Zezinho Prado, Vice-Presidente, a Sra. Raselaine; e a Relatora, Sra. Meire Lúcia.  
376 Um Conselheiro justifica que chegou agora porque estava representando o Federal em uma  
377 Audiência Pública no Senado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre um Projeto de Lei  
378 sobre a Regulamentação da Atividade da Psicopedagogia. Um Conselheiro se desculpa ao  
379 Conselho devido a SEPPIR também se faz presente agora, pois está com uma demanda de  
380 convênios no passivo e em execução, tendo um prazo mínimo para poder resolver. O Sr. Carlos  
381 Alves lembra que a Sra. Giovana Baby sugeriu que junto a Presidência da República seja marcado a  
382 reunião com a Presidência do Senado. Todos concordam com a sugestão e o Presidente propõe para  
383 as Câmaras uma pauta para terminar os trabalhos que foram iniciados, como a proposta de PLC e a  
384 questão do Regimento Interno do Conselho. Arrazoa que como Presidente se compromete junto a  
385 Sra. Samanta, de encaminhar na próxima reunião do Conselho uma proposta de Regimento Interno  
386 para ser avaliada, para ser um ponto de partida para discussão da Câmara Técnica. Com relação à  
387 PLC, discorre que definiram um cronograma de trabalho em específico e propõe uma rotina de  
388 trabalho, em que houvesse consulta a Câmara e os Conselheiros consultasse as suas bases, para que  
389 fosse compilado no dia 16 de abril, em seguida seria entregue a proposta finalizada para o Senador  
390 Paulo Paim no dia 24 de abril. O Sr. Zezinho Prado relata que no dia 24 não tem nenhum problema  
391 para participarem, mas lembra que essa data é justamente nos dias de apontamento de greve  
392 nacional da CNTE. A Sra. Dida informa que acertou com a Sra. Aline que é a Assessora Jurídica,  
393 para a mesma está na reunião da Câmara Técnica para facilitar o debate. Um Conselheiro pondera  
394 que quem está entregando esse projeto ao Senado é a Câmara Técnica do Conselho Nacional  
395 LGBT. A Sra. Kátia Souto sugere que espere até o dia 24 para que os outros membros do Conselho  
396 que não pertencem a Câmara Técnica possam ter acesso à discussão da Câmara Técnica para  
397 contribuir. Uma Conselheira propõe que seja feita uma Reunião Extraordinária do Pleno para  
398 debater o assunto para ser uma decisão do Conselho. O Sr. Carlos Alves compreende que a Câmara  
399 Técnica tem a autonomia para aprovar e sugere fazer uma consulta por *e-mail* da proposta. O

400 Presidente entende que não pode desprestigiar a Câmara Técnica que é um espaço para aprofundar  
401 as discussões e no sentido de valorizar a Câmara Técnica de Legislação e Normas, propõe chamar a  
402 Câmara Técnica com um dia antes para fazer a discussão e no dia seguinte o trabalho seria  
403 submetido ao Pleno do Conselho. Após os Conselheiros concordarem com a proposta, decidem que  
404 dia 15 de abril haverá a reunião da Câmara Técnica, dia 16 de abril a reunião extraordinária do  
405 Pleno, e dia 17 de abril a entrega par ao Senador do texto finalizado. O Presidente lembra que as  
406 propostas devem ser encaminhadas para a SDH até o dia 12 abril e explana que era importante que a  
407 Câmara Técnica sintetizasse as deliberações da Conferência. O Sr. Léo Mendes articula que a  
408 Câmara se reuniu e propôs quatro agendas para a próxima reunião, a primeira, a agenda transversal  
409 do Ministério do Planejamento que trata do PPA e o que está sendo feito com as propostas,  
410 segunda, o sistema, terceira, o Plano LGBT, e a quarta agenda o Seminário de formação dos  
411 Conselheiros e Conselheiras estaduais e municipais LGBTs. O Presidente afirma que gostaria que  
412 cedessem o ponto do sistema para a Câmara de Violência e com relação à questão da Resolução dos  
413 LGBTs em privação de liberdade, solicita que seja enviada, pois vão encaminhar os ofícios para os  
414 convidados. O Sr. Zezinho Prado sugere que na reunião do dia 15 de abril houvesse a presença de  
415 alguém da Assessoria Jurídica para contribuir na linguagem legislativa do projeto. O Sr. Celso  
416 propõe enviar todas as memórias das reunião para os novos Conselheiros e a Sra. Kátia Souto  
417 informa que possui dois projetos de lei que interessa ao Conselho, que são de identidade de gênero,  
418 sendo um do Deputado Jean Wyllys e outro da Deputada Erika e entende que seria interessante as  
419 Câmara Técnica de Normas e Legislação pudesse fazer um levantamento para subsidiar o próprio  
420 Pleno. O Sr. Zezinho Prado afirma que concorda com a Sra. Kátia Souto e compreende que a  
421 Assessoria Legislativa deveria fazer um levantamento de todos os Projetos de Lei que digam sobre  
422 orientação sexual, LGBT, diversidade. O Sr. Celso intui que a sugestão vem ao encontro da ideia do  
423 Conselho ser mais presente nas questões e o Sr. Eduardo comunica que quando estavam estudando  
424 a estruturação do Conselho, fizeram um levantamento até 2010 de todos os Projetos de Lei que  
425 interferia de alguma forma ou tratava de alguma forma a questão da orientação sexual, identidade  
426 de gênero, população LGBT, que chegou a 50 Projetos de Lei. A Sra. Yone Lindgren discorre que  
427 lhe preocupa a questão da proposta do substitutivo que não poderia ser enviado para as bases, mas  
428 já foi publicado no *Facebook*. O Presidente crê que não há problema, pois o texto que está sendo  
429 discutido no Conselho, os Conselheiros iriam consultar os seus pares das suas redes. Compreende  
430 que devem ignorar, por ser um projeto inicial que está sendo debatido no Conselho. A Sra. Janaína

431 Oliveira recomenda que as organizações tentem entrar em contato com as pessoas que estão  
432 divulgando o conteúdo e sugere que o Sr. Carlos Magno e a Sra. Guilhermina procurem ter o  
433 conhecimento de como o Sr. Beto teve acesso ao documento para tomar as devidas providências.  
434 Um Conselheiro elucida que na reunião, o Sr. Beto estava solicitando uma cópia e que o mesmo  
435 deve assumir a responsabilidade de ter publicado, pois recebeu apenas uma cópia impressa sem  
436 explicação. O Sr. Léo Mendes articula que a Ministra já havia divulgado a notícia e entende que a  
437 SDH deveria soltar uma Nota explicando como está o estado da arte, qual é o cronograma e quando  
438 a sociedade brasileira poderá encaminhar para a SDH as suas contribuições para o processo. O  
439 Presidente esclarece que foi definido como uma estratégia importante a chancela do governo na  
440 proposta e intui que não precisa criar uma falsa polêmica em torno da divulgação. Relata que vão  
441 fazer uma Nota de Esclarecimento do Conselho informando todo o cronograma que foi estabelecido  
442 para combater as inverdades que estão sendo ditas. O Sr. Rafael pondera que lhe parece que está  
443 havendo uma confusão entre o sistema e a proposta de substitutivo e questiona se o sistema será  
444 submetido a uma Consulta Pública e se a proposta do substitutivo será recebido por *e-mail* para  
445 consultar as bases até o dia 12, não havendo uma Consulta Pública. O Presidente explica que é  
446 quase uma Consulta Pública e arrazoa que tem certeza que é uma grande oportunidade para o  
447 Conselho dar visibilidade para as ações para os trabalhos. Entende que é um trabalho concreto que o  
448 Conselho vai apresentar para a sociedade brasileira a respeito de enfrentamento aos crimes de ódio  
449 e intolerância. Sr. Carlos Alves solicita que quando houver um acordo entre os Conselheiros que  
450 seja cumprido e espera que as pessoas aprendam com os erros. A Sra. Kátia Souto compreende que  
451 é importante o que foi colocado pelo Sr. Carlos Alves e que não cabe compartilhar com ninguém as  
452 informações do Conselho que devem ser confidenciais. O Sr. Léo Mendes discorre que a Ministra  
453 fez toda a publicização do processo e foi dito que poderiam enviar para o pessoal das redes do  
454 Conselho para discutir e trazer uma proposta para levar para o Senador Paim. O Sr. Celso afirma  
455 que é constrangedor ouvir alguns comentários, por entender que não dá para encontrar um culpado  
456 na história. Uma Conselheira informa que de manhã fizeram um encaminhamento que as reuniões  
457 da sociedade civil se darão um dias antes das reuniões da Câmaras e o Sr. Léo Mendes articula que  
458 foi pactuado na reunião da sociedade civil que terão uma lista de *e-mails* para conversar entre os  
459 membros e que terão uma reunião um dia antes da reunião da reunião da Câmara Técnica para  
460 discutir os aspectos da sociedade civil. **ENCERRAMENTO:** O Presidente agradece a presença de  
461 todos, reitera o convite para o Seminário da União Europeia, para a Discussão Regional Latino

462 Americana Caribenha sobre a questão LGBT e para a posse do Conselho amanhã as 10h30 na  
463 Secretaria dos Direitos Humanos no auditório do oitavo andar e encerra a reunião.

464

465

466

467

468

469

470

471

Gustavo Bernardes

472

Presidente do Conselho

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

Brasília - DF

490

Abril de 2013.